

Termo de Referência 84/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
84/2023	420001-SPOA/SE/MINC	FELIPE FINGER SANTIAGO	27/12/2023 17:15 (v 3.0)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	90065/2023	01400.013362/2023-15

1. Definição do objeto

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para contratação de **solução de prevenção contra vazamento de informações em meio digital (Data Loss Prevention - DLP)** com fornecimento de licenças e ferramenta de descoberta e classificação de dados, controle de acesso, monitoramento de atividade, auditoria e proteção através de bloqueio, criptografia e quarentena, para aplicações e ambientes de armazenamento em nuvem, **Cloud Access Security Broker (CASB)**, incluindo implantação da solução, treinamento e suporte técnico pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme detalhamento técnico constante neste documento e em seus anexos.

1.2. Adiante segue a lista contendo os itens, volumes e valores pesquisados e considerados para o registro de preços:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	1	Aquisição de licenças de software de solução de prevenção contra vazamento de dados - Data Loss Prevention - DLP.	Unidade	1.200	2.378,88	2.854.656,00
	2	Configuração e Instalação	Unidade	1	144.400,00	144.400,00
	3	Repasse de Conhecimento	Turma	1	80.768,00	80.768,00
VALOR TOTAL DO LOTE 1						3.079.824,00

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	4	Aquisição de licenças de software de solução de descoberta e classificação de dados, controle de acesso, monitoramento de atividade, auditoria e proteção através de bloqueio, criptografia e quarentena, para aplicações e ambientes de armazenamento em nuvem - CASB - Cloud Access Security Broker.	Unidade	1.200	3.368,42	4.042.104,00
	5	Configuração e Instalação	Unidade	1	138.950,00	138.950,00
	6	Repasse de Conhecimento	Turma	1	92.980,83	92.980,83
VALOR TOTAL DO LOTE 2						4.274.034,83

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os itens e serviços objeto dessa contratação são caracterizados como comuns, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

1.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.6. O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Por meio da publicação do Decreto nº11.336, de 1º de janeiro de 2023, foi formalizado o desmembramento da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo para a criação do Ministério da Cultura.

2.1.1.1. Desta forma, o Ministério da Cultura é o órgão da administração pública federal direta, que tem como principais competências os seguintes temas:

I - política nacional de cultura e política nacional das artes;

II - proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural;

III - regulação dos direitos autorais;

IV - assistência ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos;

V - proteção e promoção da diversidade cultural;

VI - desenvolvimento econômico da cultura e a política de economia criativa;

VII - desenvolvimento e a implementação de políticas e ações de acessibilidade cultural; e

VIII - formulação e implementação de políticas, de programas e de ações para o desenvolvimento do setor museal.

2.1.2. Com a criação do Ministério da Cultura, verifica-se a necessidade de que todos os servidores e colaboradores do Ministério da Cultura, que até então, utilizavam-se da infraestrutura de tecnologia da informação do Ministério do Turismo, passem a ter uma infraestrutura própria e independente daquela ofertada e gerenciada pelo Ministério do Turismo, uma vez que tratam-se de Órgãos da Administração Pública Federal Direta distintos e que possuem características específicas onde cada um atua com foco em suas próprias políticas públicas.

2.1.3. Neste cenário em que é preciso prover os recursos de tecnologia da informação para atender as demandas do Ministério da Cultura, *an passant* pela necessidade de manter os serviços essenciais em andamento, é preciso mesclar a manutenção do uso de recursos de infraestrutura providos pelo Ministério do Turismo com a implementação e a modernização do próprio parque de tecnologia da informação do Ministério da Cultura.

2.1.4. Assim, as ações de aquisições de equipamentos, de contratações de serviços e soluções de tecnologia da informação para atender as demandas do Ministério da Cultura precisam ser realizadas de forma gradativa e concatenada com aquelas realizadas no âmbito do Ministério do Turismo de modo a que seja possível realizar a adaptação da infraestrutura de tecnologia da informação do Edifício Sede do Ministério da Cultura (localizado no bloco B da Esplanada dos Ministérios) e dos demais anexos e unidades vinculadas à pasta, sem colocar em risco a continuidade das atividades laborais dos servidores e colaboradores do Ministério da Cultura que ainda fazem uso de equipamentos e serviços de tecnologia da informação providos pelo Ministério do Turismo.

2.1.5 Cabe ressaltar que a partir da recriação do Ministério da Cultura, devido ao compromisso formalizado em campanhas eleitorais, a Pasta passou a receber grande visibilidade para os cidadãos, uma vez que a promessa de

melhorias de atuação na gestão de políticas públicas de incentivo a cultura, trouxe para o cidadão a expectativa de novos investimentos na área e da criação de oportunidades de empregos e benefícios relacionados à economia criativa e atividades culturais no âmbito nacional.

2.1.6 Neste sentido, considerando que durante os últimos 6 (seis) anos, não houveram investimentos em tecnologia da informação de forma diretamente relacionada ao aparelhamento do Ministério da Cultura, é papel fundamental da área de tecnologia da informação desta Pasta, atuar na elaboração de projetos de soluções de tecnologia da informação que contemplem todo o cenário de recriação do Ministério com o foco no alcance das metas institucionais, principalmente aquelas relacionada a transformação digital, renovação do parque tecnológico, ampliação da rede de dados e otimização da infraestrutura de tecnologia da informação, com implementação de soluções de segurança da informação e adaptação as normas, atividades que serão essenciais para garantir que o "*Novo Ministério da Cultura*" alcance o patamar dos outros órgãos centrais com importância similar a desta Pasta.

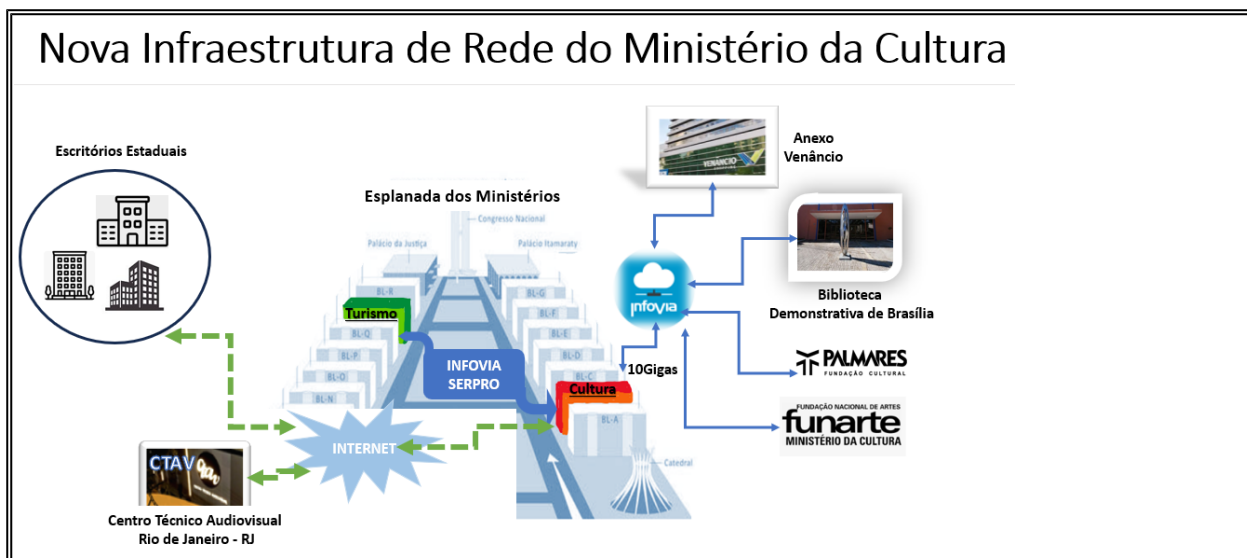
2.1.7 Características da Rede de computadores e do Datacenter do Ministério da Cultura

2.1.7.1 Após a recriação do Ministério da Cultura, devido a implementação de escritórios Estaduais e afim de garantir a conectividade adequada do Edifício sede localizado no Bloco B Esplanada dos Ministérios com as demais localidades dos diversos setores da Pasta, foi necessário elaborar uma topologia que garanta a otimização da infraestrutura de tecnologia da informação das localidades além da otimização dos recursos disponíveis no Datacenter.

2.1.7.2 Para a composição desta nova topologia, a conectividade entre as unidades do Ministério da Cultura é garantida por meio do uso da **INFOVIA** nos locais em que este recurso está disponível, sendo eles: "**Anexo Edifício Venâncio Shopping**" e na "**Biblioteca Demonstrativa**", localizados na Asa sul; "**Fundação Cultural Palmares**" localizada na asa norte; e **Funarte** localizada no eixo monumental, ambos em Brasília - DF.

2.1.7.3 Além das localidades supracitadas que contam com a possibilidade da conectividade via INFOVIA, há ainda as unidades que terão suas conexões à sede realizadas por meio de links de acesso à internet e uso de tecnologia SDWAN combinada com VPN do tipo SITE-TO-SITE, sendo eles: Todos os Escritórios Estaduais, o Centro Técnico Audiovisual.

2.1.7.4 A topologia, em implantação consta ilustrada na figura a seguir:



2.1.7.5 Diante da topologia de rede supracitadas observa-se que o Datacenter localizado no edifício sede do Ministério da Cultura deverá manter conexão com várias localidades, seja por meio de acesso via internet ou por meio de conexão à INFOVIA, e que portanto, as soluções de armazenamento e processamento, como todas as demais soluções implementadas no Datacenter, precisam ser dimensionadas com capacidade e performance adequadas ao cenário previsto que terá o Datacenter do Edifício sede do Ministério da Cultura como principal provedor dos serviços de Tecnologia da Informação da Pasta.

Necessidade de proteção da informação

2.1.8 O Ministério da Cultura enfrenta desafios significativos devido à natureza diversificada e complexa de suas atribuições, uma vez que a promoção de expressões culturais abrange uma ampla variedade de setores, incluindo artes,

patrimônio, indústrias criativas, direitos autorais, diversidade cultural e muito mais. desta forma o gerenciamento eficiente dos recursos de incentivo a cultura, é crucial para assegurar que programas e projetos culturais sejam bem-sucedidos e atinjam seus objetivos.

2.1.9 Considerando que a Pasta passou os últimos anos por várias transformações chegando a ser vinculada a outros órgãos como uma Secretaria Especial, e em que pese o fato de que atualmente o órgão voltou a ser um Ministério estratégico para o Governo Federal, verifica-se que os anos de pouca visibilidade e de nenhuma prioridade, impactaram na perda de profissionais e de conhecimento tanto pela evasão de servidores e colaboradores quanto pela descontinuidade de projetos de extrema importância Institucional.

2.1.10 O cenário de pouca priorização pelo qual a Pasta passou, resultou em um legado de sistemas e informações desarrumados e que necessitam urgentemente de ações de retomada do controle das informações, gestão do conhecimento, mapeamento dos sistemas e gestores de informações, promovendo desse modo, uma jornada de governança de dados, possibilitando a aceleração da reconstrução do Ministério da Cultura por meio da disponibilização de novos serviços digitais que alcancem o cidadão e que ao mesmo tempo fortaleçam internamente as equipes para a boa gestão das políticas públicas de incentivo a cultura.

2.1.11 Assim junção dos fatores: ausência de investimentos em tecnologia da informação; falta de priorização orçamentária para as ações relacionadas a cultura; evasão de servidores e colaboradores; e a descontinuidade de programas e projetos estruturantes no âmbito do Ministério da Cultura, proporcionaram a construção do cenário atual onde existem diversos sistemas e repositórios de dados com informações que foram construídas ao longo dos anos e que: tratam-se da história da gestão pública de incentivo a cultura; ou tratam-se de registros de projetos executados com dinheiro público e que precisam prestar contas; ou tratam-se do registro de ações recentes e antigas já executadas pelos gestores públicos e que podem ser auditadas a qualquer tempo.

2.1.12 Desta forma considerando que o Datacenter do Ministério da Cultura, por suas características de provedor de ambiente de sistemas e bancos de dados para os sistemas da Pasta e de suas vinculadas, conforme topologia já citada neste, é possível afirmar que atualmente existem informações de grande valor para o Governo Federal e para a os cidadãos, valores estes cujas definições constam elencados a seguir:

- a) **Valor Estratégico** : Informações relacionadas às estratégias do Ministério, seus objetivos de longo prazo e planos de crescimento, registros de estratégias implementadas e seus resultados.
- b) **Valor Financeiro** : Informações que têm impacto direto nas finanças do Ministério, como dados financeiros, orçamentos, gestão dos recursos de incentivo a cultura, documentação sobre os programas de governo e a execução dos projetos financiados com dinheiro público.
- c) **Valor Operacional** : Informações que sustentam as operações diárias do Ministério, incluindo dados sobre processos, fluxos de trabalho e recursos humanos, agendas políticas e estratégicas.
- d) **Valor Legal e Regulatório** : Informações que estão em conformidade com leis e regulamentos, bem como aquelas que são usadas em processos legais, contratos e conformidade regulatória.
- e) **Valor de Conhecimento** : Informações que são importantes para o aprendizado, inovação e tomada de decisões informadas, incluindo pesquisas, dados de mercado e insights.
- f) **Valor de Reputação e Imagem** : Informações que envolvem a conservação da imagem do Ministério e do Governo Brasileiro perante o público, e outros países.
- g) **Valor de Segurança** : Informações críticas que precisam ser protegidas contra ameaças de revelações de segurança, como dados pessoais processos administrativos internos.
- h) **Valor de Continuidade de Negócios** : Informações que são essenciais para garantir a continuidade das operações em situações de emergência ou desastres.
- i) **Valor de Histórico e Arquivamento** : Informações históricas e arquivadas que podem ser úteis para referência futura, conformidade regulatória ou análise de tendências e prestação de contas.
- j) **Valor Social e Ambiental** : Informações relacionadas ao impacto social e ambiental das atividades do Ministério, incluindo responsabilidade social corporativa e sustentabilidade.

Vulnerabilidades das informações

2.1.13 Ao longo dos últimos anos houve um considerável crescimento do número de ataques e riscos associados a dados sensíveis, isso se deve principalmente pelo crescimento do uso de serviços digitais e pela simplificação de acesso a informação que deve ser ofertada em atendimento as Leis de acesso a informação e a LGPD.

2.1.14 Considerando que o cidadão está cada vez mais familiarizado com os serviços digitais, e que por isso faz uso dos serviços com maior frequência, o meio digital passou a ser alvo de pessoas mal intencionadas que procuram vulnerabilidades em sistemas e equipamentos pessoais ou de governo para explorar e ganhar dinheiro com tais informações ou permissões de acesso, desta forma a informação atualmente acabou se tornando um ativo extremamente valioso para as organizações, no mundo todo, os casos relacionados à violação de dados já atingiram grandes varejistas, instituições financeiras, provedores de aplicações e órgãos do governo.

2.1.15 Em 14 de agosto de 2018 foi sancionada a Lei nº 13.709, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direitos público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade. Essa Lei cria uma regulamentação para o uso, proteção e transferência de dados pessoais no Brasil, nos âmbitos privado e público

2.1.16 Segundo o artigo 46 da LGPD, os agentes de tratamento devem adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais. Isso inclui protegê-los de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

2.1.17 Ocorre que as informações de propriedade e responsabilidade do Ministério da Cultura encontra-se espalhadas em diversos sistemas e serviços, cujos repositórios estão em aplicações em produção no datacenter do Ministério da cultura como é o caso das informações constantes da base de dados do SALIC - Sistema de Apoio às Leis de Incentivo a Cultura e de diversos outros sistemas o SEI - Sistema Eletrônico de Informações, *Mapas.cultura.gov.br* e etc.

2.1.18 Existem ainda informações de propriedade e responsabilidade do Ministério da Cultura que encontra-se espalhadas nos órgãos por onde o Ministério da Cultura foi vinculado em gestões passadas, como é o caso do Ministério da Cidadania e do Ministério do Turismo.

2.1.19 Neste cenário em que existem diversos repositórios de informações de responsabilidade do Ministério da Cultura, e que o acesso a estes repositórios de informações não possui um controle refinado, ou seja, há processos no SEI e em outros sistemas que guardam dados financeiros, dados pessoais e registros históricos com níveis básicos de controle de acesso, verifica-se vulneráveis tais repositórios, seja pela ausência de controles ou seja pela ausência de classificação das informações e orientações aos usuários.

2.1.20 Como agravante da situação de vulnerabilidade, existe o fato de não haver ainda no âmbito do ministério, soluções implementadas que venham a fazer o controle de acesso de forma monitorada ou mesmo que bloqueie ou alerte o envio não autorizado de informações.

2.1.21 Neste sentido é importante que esta Pasta venha a adquirir, ainda que de forma gradual, a capacidade de prevenir, detectar e reduzir as vulnerabilidades relacionadas aos seus repositórios de informações, sejam por meio de campanhas de conscientização seja por meio da implementação de soluções automatizadas de controle e monitoramento.

2.1.22 Considerando os fatores já citados, assim como já realizado por outros órgãos do governo federal, verifica-se razoável o estudo da implementação de recursos voltados a prevenção à perda de dados, de forma a possibilitar a atuação desta Pasta de maneira preventiva - ao monitorar as mensagens e arquivos transitados, aplicando regras definidas por meio de políticas de segurança de modo a evitar que, seja de forma intencional ou por um equívoco de algum servidor ou colaborador, ocorra perda de dados ou o envio de dados sensíveis ou a revelação de informações que possam comprometer a imagem institucional ou a privacidade dos Titulares.

2.1.23 Por meio da implementação deste tipo de ferramenta de segurança da informação, caso seja identificado algum conteúdo que não deve ser transitado, a ferramenta pode alertar o usuário que este conteúdo é sensível ou mesmo bloquear o trâmite, baseado em filtros de conteúdo que demandam uma configuração detalhada, tais ações podem ser implementadas por meio de ferramentas DLP e CASB, onde:

a) o CASB é uma solução de segurança cibernética que atua como intermediária entre uma organização e seus serviços de nuvem, como SaaS (Software as a Service), PaaS (Platform as a Service) e IaaS (Infrastructure as a Service), no caso do Ministério da Cultura há o uso de repositórios em nuvem pelos servidores e colaboradores, quando da realização de reuniões virtuais, armazenamento de dados na plataforma Teams, Onedrive, Onnote, e no sharepoint, neste sentido o CASB trata-se de um serviço projetado para proteger os dados e aplicar políticas de segurança em ambientes de nuvem, oferecendo visibilidade, controle e segurança sobre o acesso aos recursos na nuvem.

a.1) Como o Minc utiliza armazenamento em nuvem para compartilhar documentos reuniões virtuais gravadas e etc. com o uso de um CASB poderá ser implementado o monitoramento e o controle o acesso a esses documentos, podendo detectar atividades suspeitas, como tentativa de compartilhamento não autorizado ou download massivo de dados. Além disso, o CASB pode aplicar políticas de criptografia, autenticação multifatorial e restrições de acesso para garantir a segurança dos dados na nuvem.

b) o DLP é uma estratégia e conjunto de tecnologias projetadas para proteger os dados voluntários de uma organização, evitando sua divulgação não autorizada ou perda acidental. Isso é feito monitorando, identificando e controlando o movimento de dados dentro e fora da organização, aplicando políticas de segurança para prevenir vazamentos de dados.

b.1) Considerando que o Ministério lida com informações sensíveis dos usuários, servidores, colaboradores, e de cidadãos, tais como: números de contato e dados pessoais e financeiros, com a implementação de uma solução DLP, o DLP poderá monitorar o tráfego de saída da rede em busca de informações temporárias e bloquear qualquer tentativa de envio desses dados por e-mail não autorizado ou transferência para dispositivos de armazenamento externos. Ele também pode impedir o uso não autorizado de dispositivos USB na rede corporativa para evitar vazamentos de dados. E assim, se alguém tentar enviar informações acidentalmente ou intencionalmente, o DLP aplicará políticas de bloqueio ou notificação, protegendo os dados pessoais ou institucionais que estiverem sendo acessados.

2.1.24 Portanto, ambas as soluções, CASB e DLP, podem desempenhar papéis cruciais na proteção dos dados do Minc, mas em contextos diferentes. O CASB concentra-se na segurança em ambientes de nuvem, enquanto o DLP se concentra em proteger os dados, independentemente de onde estão armazenados ou como são usados. Em muitos casos, as organizações implementaram ambas as soluções para obter uma abordagem abrangente de segurança de dados.

2.1.25 A implementação conjunta do CASB e do DLP é oportuna quando a organização deseja garantir a segurança de dados de forma abrangente, especialmente em ambientes de nuvem, e quando precisa cumprir regulamentações de proteção de dados ou proteger informações altamente provisórias. Essas soluções funcionam em conjunto para proteger dados em toda a organização, independentemente de sua localização ou forma de uso.

2.1.26 Neste contexto considerando que o Ministério da Cultura está sujeito a regulamentações específicas que tratam de proteção de dados, como a Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no Brasil, a implementação conjunta do CASB e do DLP ajuda a cumprir os requisitos de conformidade, a integração do CASB com o DLP permite ainda, em atendimento as recomendações dos órgãos de controle, o monitoramento contínuo de atividades em nuvem e a capacidade de responder rapidamente a incidentes de segurança, como tentativa de vazamento de dados.

2.1.27 Destaque-se, ainda, o Decreto nº 10.222, de 5 de fevereiro de 2020, do Governo Federal, que aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética. Entre requisitos e controles definidos no documento, a seção 1.3, “Proteção Estratégica”, define uma proteção para infraestruturas críticas, no qual o Ministério da Cultura se insere, o que envolve institucionalizar processos, procedimentos e soluções de prevenção a vazamentos de informações pessoais ou institucionais.

2.1.28 O mesmo Decreto nº 10.222 cita o Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que instituiu a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre princípios, objetivos, instrumentos, atribuições e competências de segurança da informação para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, sob o prisma da governança. Nessa temática, destaca-se que o Decreto nº 9.637 pontua a relevância da segurança de informações sigilosas e a proteção contra vazamento de dados.

2.1.29 Desta forma, este estudo visa a proteção do ambiente do Ministério da Cultura, por meio de ferramenta de DLP e CASB de modo a possibilitar, dentre outros recursos, proteção e autenticidade dos dados, maximizando a proteção contra ameaças da web. Ainda, a solução é parte de um conjunto essencial de funcionalidades necessárias para a gestão efetiva dos ativos de negócios deste Ministério.

2.1.30 Considerando os apontamentos supracitados, verifica-se que a aquisição da solução de DLP e CASB é necessária para que o Ministério da Cultura possa cumprir a sua missão, atendendo com qualidade e segurança às expectativas dos usuários dos seus serviços, além de se tratar de providência relevante em atendimento a implantação de processos e recursos de segurança da informação no âmbito desta pasta, conforme recomendação dos órgãos de controle.

2.1.31 O uso de tais ferramenta é justificável ainda no âmbito do apoio ao Programa de Privacidade e Segurança da Informação, com a possibilidade de auditar, monitorar e implantar controles automatizados. Ou seja, uma ferramenta para apoiar o programa, conforme preconiza a norma internacional ISO/IEC 16167:2013 que dispõe sobre as diretrizes para classificação, rotulação e tratamento da informação.

2.1.32 Por fim, esta iniciativa visa atender a diretriz contida na Política de Segurança da Informação e Cibernética no que diz respeito ao gerenciamento e resposta a incidentes de segurança. A referidas diretrizes definem que o Ministério da Cultura deverá adotar solução tecnológica para prevenção de vazamento de informações, visando garantir a rastreabilidade das informações e evitar que elas sejam perdidas, acessadas por pessoas não autorizadas, roubadas, mal utilizadas ou vazadas por usuários mal-intencionados.

3. Descrição da solução

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução de TIC consiste em contratação **solução de prevenção contra vazamento de informações em meio digital (Data Loss Prevention - DLP)** com fornecimento de licenças e ferramenta de descoberta e classificação de dados, controle de acesso, monitoramento de atividade, auditoria e proteção através de bloqueio, criptografia e quarentena, para aplicações e ambientes de armazenamento em nuvem, **Cloud Access Security Broker (CASB)**, incluindo implantação da solução, treinamento e suporte técnico pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

3.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Anexo I (Especificação Técnica) deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Requisitos de Negócio

4.1. As necessidades de negócio, também chamadas de requisitos do negócio, segundo o Corpo de Conhecimento de Análise de Negócios (Guia BABOK v. 2.0), são metas de mais alto nível, objetivos ou necessidades da organização. Descrevem as razões pelas quais um projeto foi iniciado, os objetivos que o projeto vai atingir e as métricas que serão utilizadas para medir o seu sucesso. Nesse sentido, a presente seção visa descrever as necessidades de negócios que conduzirão as análises de soluções e definição da solução mais adequadas a tais objetivos organizacionais, a saber:

- Proteção das informações sensíveis ao negócio do Ministério da Cultura;
- Aumentar a eficiência da segurança, proteção e autenticidade dos dados e acessos;
- Redução da probabilidade de ocorrência de incidentes de segurança;
- Controle da saída de dados sensíveis, seja via transferência de arquivos ou publicação em páginas da internet;
- Amplificação da camada de proteção e visibilidade de informações sensíveis;
- Fluxo automatizado de descoberta de informações sensíveis em todos os pontos do ambiente;
- Garantir a disponibilidade e continuidade dos serviços de TI;

4.2. Prevenir a perda de dados por meio de adoção de uma estratégia de monitoramento e observância às diretrizes constantes na Lei Geral de Proteção de Dados, LGPD, de 21 de Agosto de 2020, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

4.3. A iniciativa em questão está em conformidade e encontra-se alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTIC do Ministério da Cultura, bem como ao Planejamento Institucional 2021 – 2023.

4.3.1. A presente aquisição também guarda alinhamento à Estratégia de Governo Digital (EGD) para o período de 2020 a 2022, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, prorrogada até 2023 pelo Decreto nº 11.260, de 22 de novembro de 2022, no tocante ao Objetivo Estratégico OE 16 "Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação". Para alcance desse objetivo estratégico, a EGD enuncia como iniciativa (Iniciativa nº 16.1) a realização de, no mínimo, seis compras centralizadas de bens e serviços comuns de TIC.

Requisitos de Capacitação

4.4. A CONTRATADA deverá repassar à CONTRATANTE todas as informações solicitadas e **documentação** da solução, além de disponibilizar treinamento conforme especificações a serem fornecidas no Termo de Referência.

- 4.5. O treinamento será demandado à CONTRATADA pela CONTRATANTE após a efetiva implementação e estruturação da solução de segurança em seu parque tecnológico, quando acordarão cronograma para realização do treinamento.
- 4.6. O treinamento deverá ser em Brasília – DF, para a equipe técnica do CONTRATANTE.
- 4.7. Todos os custos relativos à realização do treinamento são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
- 4.8. O treinamento deverá capacitar as equipes técnicas do CONTRATANTE a operar, configurar, administrar e resolver problemas usuais na solução adquirida, englobando tanto os componentes de hardware quanto de software.
- 4.9. Deverá ser ofertada para 1 (uma) turma com no máximo 10 alunos e com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.
- 4.10. Deverá ser fornecido certificado de conclusão emitido pelo fabricante.
- 4.11. Os horários do curso deverão seguir a conveniência do CONTRATANTE, podendo sua realização ocorrer apenas em um dos períodos do dia (manhã ou tarde).
- 4.12. Deverá ser fornecido material didático completo e com conteúdo oficial do fabricante.

Requisitos Legais

I - Lei n.º 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

II - Lei nº 10.520/2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

III - Decreto nº 11.462/2023 e suas alterações – Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

IV - Lei nº 13.709/2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

V - Decreto n.º 10.024/2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

VI - Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;

VII - Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

VIII - Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73, de 5 de agosto de 2020 – Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Requisitos de Manutenção

4.13 A garantia de funcionamento das licenças adquiridas, bem como o suporte técnico serão pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

4.14. O serviço de assistência técnica em GARANTIA deverá cobrir todos os procedimentos técnicos destinados ao reparo de eventuais falhas apresentadas nos equipamentos, de modo a restabelecer seu normal estado de uso e dentre os quais se incluem a substituição de peças, ajustes e reparos técnicos em conformidade com manuais e normas técnicas especificadas pelo fabricante.

4.15. Para efeitos de certificar a garantia, a CONTRATADA deve possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante, que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série.

4.16. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o CONTRATANTE, a parte ou peça defeituosa, após a conclusão do respectivo analista de atendimento de que há a necessidade de substituir uma peça ou recolocá-la no sistema.

4.17. A substituição de componentes ou peças decorrentes da garantia não gera quaisquer ônus para o CONTRATANTE. Toda e qualquer peça ou componente consertado ou substituído, fica automaticamente garantido até o final do prazo de garantia técnica do contrato.

4.18. As peças substitutas deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento e devem integrar a garantia da solução.

4.19. Os serviços de suporte técnico abrangem:

1. Manutenção preventiva, manutenção corretiva, esclarecimento de dúvidas e reparação de problemas na solução;
2. Elaboração de relatórios, estudos e diagnósticos sobre o ambiente;
3. Transferência de conhecimento aos técnicos da CONTRATANTE referente aos problemas vivenciados e às soluções aplicadas, na forma a ser determinada pelas partes; e
4. Realização de instalação, atualização e configuração de novas versões dos produtos após a disponibilização das atualizações tecnológicas pelo fabricante.

4.20. O suporte técnico contempla o atendimento para sanar dúvidas relacionadas com instalação, configuração e uso do software ou para correção de problemas, em especial na configuração de parâmetros, falhas, erros, defeitos ou vícios identificados no funcionamento da solução.

4.21. O suporte técnico deve contemplar, quando for o caso, atendimento a eventual problema de instalação ou configuração de softwares básicos e de infraestrutura de TIC (sistemas operacionais, servidores de banco de dados, servidores de aplicação, etc.) necessários ao funcionamento da solução.

4.22. Deve contemplar também a atualização de versões do software aplicativo, as quais incorporam correções de erros ou problemas registrados e melhorias implementadas pela fabricante, num empacotamento estável do sistema. O serviço de atualização de versão tem por finalidade assegurar a devida atualização da solução durante o período de vigência da garantia. Refere-se ao fornecimento de novas versões e releases da solução lançados no período. A cada nova liberação de versão e release, será disponibilizada em formato digital manuais e demais documentos técnicos, bem como nota informativa das funcionalidades implementadas. Em caso de lançamento de *patch* de correção, a CONTRATADA deverá comunicar o fato ao CONTRATANTE e indicar a forma de obtenção e os defeitos que serão corrigidos pelo *patch*. Em ambos os casos, a comunicação deve ser feita no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do lançamento de nova versão ou solução de correção.

4.23. A CONTRATADA será responsável pelos serviços de implantação das novas versões e releases dos produtos por ela fornecidos como partes do objeto, bem como pela aplicação dos patches de correção e pacotes de serviço (service packs) relativos a esses produtos. Para a implantação das novas versões/releases, bem como para a aplicação dos patches, deverá ser aberto chamado de suporte técnico com nível de severidade adequado e a prestação dos serviços deve ser agendada com os responsáveis pela solução na CONTRATANTE.

4.24. Deverá ser prestado suporte técnico remoto com atendimento mediante registro de chamados em página de website, em sistema fornecido pela CONTRATADA e/ou pelo fabricante; e também através de contato telefônico. Esse serviço destina-se a esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas relacionados à configuração e uso dos componentes da solução CONTRATADA.

4.25. A CONTRATADA auxiliará o CONTRATANTE na reinstalação das ferramentas, caso seja necessário, ao longo do tempo de garantia da ferramenta.

4.26. A CONTRATADA deverá disponibilizar os seguintes canais de acesso ao suporte técnico:

1. Portal Web, E-mail, Central 0800 e/ou telefone fixo;
2. O atendimento deve ser 24x7x365, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia em 7 (sete) dias da semana por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, em língua portuguesa.
3. O recebimento dos equipamentos/serviços será efetivado pela equipe designada pelo CONTRATANTE, e dar-se-á da forma provisória e definitiva. A forma provisória será no ato da entrega dos equipamentos/serviços e a forma definitiva será após a instalação, configuração e teste da solução.

Requisitos Temporais

4.27. O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

4.28. O prazo de início de atendimento para os chamados de suporte técnico e manutenção pela garantia deverá estar de acordo com o especificado no acordo de nível de serviço do Termo de Referência.

4.29. O prazo de entrega e instalação deverá estar de acordo com o especificado no Termo de Referência, caso não seja especificado um prazo diferente na ordem de serviço.

4.30. Os equipamentos e as licenças de softwares devem ser entregues em Brasília, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco B - Zona Cívico-Administrativa, Brasília - DF, 70068-900.

4.31. A entrega dos equipamentos deverá acontecer no horário compreendido entre as 09:00 as 17:00 e poderá ser agendada em data e hora previamente com a CONTRATANTE;

4.32. Caberá ao CONTRATANTE rejeitar no total ou em parte, os materiais entregues em desacordo com o objeto do Termo de Referência.

4.33. O recebimento dos equipamentos será efetivado pela equipe designada pelo CONTRATANTE, e dar-se-á da forma provisória e definitiva. A forma provisória será no ato da entrega dos equipamentos e a forma definitiva será após a instalação, configuração e teste da solução.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.34. A empresa CONTRATADA para prestação dos serviços deverá observar os seguintes requisitos quanto à Segurança da Informação e Comunicações:

4.35. Deverão ser observados os regulamentos, normas e instruções de segurança da informação e comunicações adotadas pelo Ministério da Cultura, incluindo, mas não se limitando, ao definido na Política de Segurança da Informação e suas Normas Complementares, durante a execução dos serviços nas instalações do Ministério;

4.36. Deverá ser garantida a disponibilidade, integridade, confidencialidade e sigilo dos documentos e informações inerentes ao contrato e seus serviços, podendo ser responsabilizado legalmente quem porventura causar perdas e danos ao Ministério da Cultura e a terceiros;

4.37. Toda informação confidencial gerada e/ou manipulada em razão desta contratação, seja ela armazenada em meio físico, magnético ou eletrônico, deverá ser devolvida nas seguintes hipóteses, mediante formalização entre as partes:

1. Término ou rompimento do Contrato; ou
2. Solicitação do Ministério da Cultura.

4.38. Devem ser utilizadas ferramentas de proteção e segurança de informações, a fim de evitar qualquer acesso não autorizado aos sistemas e softwares, seja em relação ao que eventualmente estejam sob sua responsabilidade direta ou que foram disponibilizados ao Ministério da Cultura, ainda que por meio de link;

4.39. Quando solicitado formalmente pelo Ministério da Cultura, deverão ser realizadas, prioritária e concomitantemente, alterações para sanar possíveis problemas de segurança ou de vulnerabilidade nos referidos sistemas ou softwares utilizados para execução do serviço contratado;

4.40. A CONTRATADA deverá informar ao Ministério da Cultura, formalmente e tempestivamente, sobre quaisquer necessidades de atualização ou mudança na configuração dos serviços prestados;

4.41. Prestar os esclarecimentos necessários ao Ministério da Cultura, bem como informações concernentes à natureza e andamento dos serviços executados, ou em execução;

4.42. Garantir a integridade e disponibilidade dos documentos e informações que, em função do Contrato, estiverem sob a sua guarda, sob pena de responder por eventuais perdas e/ou danos causados ao Ministério da Cultura e a terceiros;

4.43. A empresa CONTRATADA não poderá divulgar, mesmo que em caráter estatístico, quaisquer informações originadas no Ministério da Cultura, sem prévia autorização;

4.44. O acesso às instalações da CONTRATADA onde serão realizados os serviços deverá ser controlado e permitido somente às pessoas autorizadas;

4.45. A CONTRATADA deverá manter os seus profissionais identificados por crachás, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente aquele que seja considerado inconveniente à boa ordem ou que venha a transgredir as normas disciplinares do Ministério;

4.46. A CONTRATADA deverá manter os seus profissionais informados quanto às normas disciplinares do Ministério, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização e segurança das instalações;

4.47. Deverá ser celebrado TERMO DE COMPROMISSO entre a CONTRATADA e o Ministério da Cultura para garantir a segurança das informações do Ministério, assim como, celebrado o TERMO DE CIÊNCIA a todos envolvidos na prestação dos serviços;

4.48. Não transferir a terceiros os serviços contratados;

4.49. Manter sigilo absoluto sobre todas as informações provenientes dos serviços realizados, documentos elaborados e informações obtidas dentro do Ministério da Cultura.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.50. Requisitos Sociais: Na execução de tarefas no ambiente do MinC, os funcionários da Contratada deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: asseio, pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público. Deverão ainda portar identificação pessoal, conforme as normas internas da Instituição.

4.51. Requisitos Ambientais

- Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo MinC.
- A Contratada deverá atender, quando da execução do objeto do contrato, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação pertinente, quando couber.
- As configurações de hardware e software deverão ser executadas visando alto desempenho com o uso racional de energia, evitando-se a sobrecarga de equipamentos ou dispositivos elétricos.

4.52. Requisitos Culturais: Toda a documentação produzida e/ou fornecida pela Contratada referente ao objeto deverá estar preferencialmente no idioma português-BR, de forma clara e objetiva.

Requisitos de Arquitetura Tecnológica

4.53. A fim de manter a segurança do ambiente computacional do Ministério da Cultura, é imprescindível que tenhamos uma solução de prevenção de perda de dados. A lista abaixo possui um resumo das necessidades tecnológicas que o Ministério pretende adquirir:

- a) Fornecer informações de onde os dados estão armazenados na nuvem, em dispositivos móveis e em ambientes locais do Ministério;
- b) Monitorar como os dados estão sendo usados quando os funcionários estiverem conectados ou não à rede;
- c) Proteger os dados contra vazamento ou roubo, independentemente de onde estiverem armazenados ou como estiverem sendo usados;
- d) Fazer a integração na proteção de correio eletrônico, DLP e criptografia;
- e) Promover a proteção necessária ao uso de uma nuvem privativa ou de terceiros. ex. armazenamento externo ao domínio do Ministério da Cultura;
- f) Controle via endpoint: através de um agente instalado, se torna possível monitorar todos os possíveis canais de fuga de informação de uma estação de trabalho ou servidor, abrangendo desde um upload para qualquer destino http, https ou ftp até uma simples impressão de documento ou cópia para dispositivo usb;

g) Implementação de monitoramento de rede: através deste canal de monitoramento se torna possível, através da escuta de tráfego, a detecção de fuga da informação em praticamente qualquer protocolo de rede;

h) Implementação de proteção web: este canal de monitoramento se integra com dispositivos de filtragem de internet (proxies e alguns firewalls) visando monitorar toda a saída de internet da organização (sem agente), na ótica de vazamento de dados sensíveis, impedindo que estes dados sejam trafegados para destinos não permitidos;

i) Monitoramento de e-mail: este canal de monitoramento deve se integrar diretamente com serviços de mensageria do outlook. através desta integração se torna possível o monitoramento de toda saída de dados via e-mail, sem agente instalado, sempre tentando impedir o vazamento de dados;

j) Apoio a descoberta de rede: este canal de monitoramento está diretamente ligado a descoberta de onde os dados sensíveis residem. seja em servidores de arquivos, OneDrive, SharePoint, box ou até mesmo nas estações dos próprios usuários. através desta ótica, torna se possível manter informações sensíveis armazenadas sempre da melhor forma possível

k) Monitoramento em nuvem, este canal de monitoramento deve se integrar com serviços de nuvem como casb – cloud access security broker e Microsoft 365 para monitoramento de todo tráfego de e-mail que passa por este canal

l) Implementar um módulo casb – cloud access security broker, permitindo que todos os controles de DLP existentes atualmente sejam ampliados para aplicações de nuvem.

4.54. Mais detalhes técnicos acerca da Solução de TIC a ser contratada encontram-se no Anexo I - Especificação Técnica do presente documento.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.55. A solução de TIC deverá ser plenamente implementada pela Contratada no ambiente do MinC nas quantidades solicitadas em no máximo 60 (sessenta) dias corridos, a partir da assinatura da Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço.

4.56. A empresa que realizar a implantação deverá ter técnicos treinados em toda a solução ofertada.

4.57. Os serviços que eventualmente acarretem risco para os sistemas em produção ou requeiram parada de servidores, equipamentos e rede elétrica, somente poderão ser executados fora de expediente, em horários previamente acordados com a área de TI do local de instalação.

Requisitos de Implantação

4.58. Caberá à Contratada o irrestrito cumprimento das seguintes prerrogativas:

1. responsabilizar-se pela completa implantação do projeto, ou seja, todos os custos necessários à operacionalização dos equipamentos;
2. responsabilizar-se por todos os instrumentais necessários durante o período de implantação e testes de aceitação;
3. instalar e configurar todos os produtos do fornecimento da solução;
4. executar a integração de todos os produtos da solução, de modo a não prejudicar as atividades mantidas nos locais, podendo ser exigida a realização de algumas fases em horários noturnos e fins de semana para que seja cumprido o cronograma de entrega;
5. elaborar a "Documentação e Finalização do Projeto", que consiste na consolidação de toda a documentação gerada no projeto, seja esta técnica e/ou gerencial.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.59. Os equipamentos e demais componentes que fazem parte da solução, deverão possuir garantia on-site de, no mínimo, 36 (Trinta e seis) meses.

4.60. Disponibilizar recurso via site do próprio FABRICANTE (informar URL para comprovação) que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do seu número de série e modelo/número do equipamento;

4.61. Quando a contratação envolver o fornecimento de equipamentos e ou softwares e licenças, durante o prazo de garantia, a empresa CONTRATADA ou FABRICANTE terão a obrigação de substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer equipamento, peça ou software que apresente defeito, mesmo que decorra do desgaste natural do produto;

4.62. Quando a contratação envolver o fornecimento de equipamentos e ou softwares e licenças, A CONTRATADA deverá providenciar a troca de qualquer peça ou componente danificado por todo o período da garantia, nos casos de necessidade de substituição de peças ou componentes deverá, sempre que possível, realizar as substituições sem causar indisponibilidade dos serviços.

4.63. Quando a contratação envolver o fornecimento de equipamentos e ou softwares e licenças, A garantia não será afetada caso a CONTRATANTE venha a instalar placas de expansão, tais como placa de rede, ou adicionar unidades de disco rígido ou SSD, bem como se alterar a capacidade de memória RAM do equipamento. Entretanto, a garantia desses opcionais será de total responsabilidade da CONTRATANTE;

4.64. Quando a contratação envolver o fornecimento de equipamentos e ou softwares e licenças, na reposição de qualquer equipamento homologado, durante a vigência da garantia, havendo a descontinuidade tecnológica do modelo fornecido, a CONTRATADA ou FABRICANTE deverão substituí-lo por um que atenda as especificações exigidas no edital ou superior;

4.65. Quando a contratação envolver o fornecimento de equipamentos e ou softwares e licenças, caso seja necessária a troca de quaisquer peças dos equipamentos, as peças substitutas deverão ser novas e de primeiro uso, devendo apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pela CONTRATANTE;

4.66. A manutenção corretiva é aquela destinada a corrigir eventuais defeitos apresentados pelo equipamento ou software;

4.67. Quando a contratação envolver o fornecimento de equipamentos e ou softwares e licenças, a assistência técnica dos produtos em garantia deverá ser prestada no local onde o equipamento estiver instalado (na modalidade on-site);

4.68. O prazo para resolução dos chamados será contado a partir do momento do registro do chamado, obedecendo a as regras de contagem previstos no Termo de Referência e demais documentos vinculados a este processo de contratação;

4.69. Poderão ser abertos chamados de consultas técnicas para sanar dúvidas, repassar conhecimentos ou obter melhores práticas;

4.70. Para cada chamado técnico, a CONTRATADA ou o FABRICANTE deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas;

4.71. O atendimento no período coberto pela garantia descrita acima inclui mão de obra, peças e, em caso de necessidade de manutenção fora das dependências do MinC, transportes e seguros também se aplicam à mesma garantia, sem nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

Requisitos de Experiência Profissional

4.72. A licitante deverá apresentar declaração, datada e assinada por seu representante legal, de que, caso se sagre vencedora do certame, no momento da assinatura do contrato, disporá de profissionais com nível superior e com as seguintes certificações ou equivalentes:

- a. No mínimo 02 (dois) profissionais capacitados e certificados pela fabricante envolvendo os produtos de hardware e software da solução.

4.73. A comprovação de que os profissionais compõem o quadro permanente da licitante se fará mediante a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) ou do contrato social da licitante, no caso de sócio, ou contrato de prestação de serviços pelo prazo de vigência do contrato.

Capacidade Técnica da Licitante:

- Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a disponibilização de solução de DLP/CASB, bem como a execução satisfatória de serviços de instalação e suporte técnico da solução pelo período de 12 (doze) meses consecutivos.
- Para a comprovação do atendimento das especificações técnicas, a LICITANTE deverá apresentar, juntamente com sua proposta comercial, documento detalhando as informações, local, site, páginas, documento, etc, necessários para aferição e atendimento de todos os itens da especificação técnica, ou seja, deverá apresentar uma espécie de índice ou planilha

ponto-a-ponto, indicando o item, o documento que atende a especificação (nome do mesmo), o local onde está disponibilizado o documento (URL, Site, ou outro disponibilizado de forma digital), a página, e o texto que comprova o atendimento ao item.

Requisitos de Formação da Equipe

4.74. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, certificados pela fabricante da solução a qual deverá atuar quanto a implementação e demais procedimentos relacionados a configuração e implementação de políticas e demais requisitos exigidos pelo CONTRATANTE.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.75. Execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.76. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.77. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e via telefônica.

(Quanto aos requisitos de Segurança da Informação e Privacidade - estes constam no item

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.78. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos no item 4 - Requisitos da Contratação deste TR.

Vistoria

4.79 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Requisitos de Sustentabilidade

4.78. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

4.79. Além disso, deverão ser estimuladas as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição pautados nos seguintes pressupostos e exigências, quando couberem:

1. Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo;
2. Economia de energia;
3. Reciclagem de lixo;
4. Reciclagem de lixo;
5. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.
6. A licitante vencedora deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.80. De forma a manter a ampla concorrência, desde que atendidos todos as exigências e especificações constantes do Termo de Referência Edital e demais anexos, não há indicação de preferência por marca e modelo para o presente processo de contratação.

4.81. Desde que atendidos todos as exigências e especificações constantes do Termo de Referência Edital e demais anexos, não há previsão de vedação por marca e modelo para o presente processo de contratação.

Da Exigência de Carta de Solidariedade

4.82. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure que a LICITANTE é autorizada e capacitada a comercializar seus produtos e serviços.

Da Subcontratação

4.83. Os itens 2, 3, 5 e 6 (serviço de implantação e treinamento) em razão de sua natureza técnica e específica, poderão ser subcontratados.

4.84. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

Da Garantia de Contratação

4.85. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

4.86. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.87. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.88. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Informações Relevantes para o Dimensionamento/Apresentação da Proposta

4.89. Todas as informações relevantes estão dispostas ao longo deste documento e em seus anexos.

5. Modelo de execução do objeto

DEVERES E RESPONSABILIDADES**5.1. Responsabilidade do Contratante**

5.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

5.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.1.3. O fiscal designado não deverá, dentro das possibilidades de pessoal do órgão contratante, ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375 /2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

5.1.4. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário).

5.1.5. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

5.1.6. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.1.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;
3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

5.1.9. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto.

5.1.10. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

5.1.11. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

5.1.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.1.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

5.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

5.1.15. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

5.1.16. Permitir ao pessoal da Contratada livre acesso às dependências do MinC, de modo a viabilizar a prestação dos serviços durante o horário de expediente do órgão, ou fora dele, quando solicitado e/ou autorizado pelo Fiscal do Contrato.

5.1.17. Aplicar as penalidades previstas neste Termo de Referência, quando for o caso, assegurando o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

5.2. São obrigações do CONTRATADO

5.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

5.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

5.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

5.2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

5.2.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

5.2.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou que se verifique no local dos serviços.

5.2.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

5.2.8. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.2.9. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

5.2.10. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.2.11. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

5.2.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.2.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

5.2.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

5.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

5.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

5.2.18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

5.2.19. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

1.

1.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

1.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

5.2.20. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.3. Condições de Execução

5.3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

I) Início da Execução: em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, deverá ocorrer a reunião inicial de alinhamento com a Contratada.

II) Os serviços de fornecimento do objeto – isto é, a execução completa dos serviços e tarefas previstas objetivando a plena e efetiva operacionalização da solução no ambiente do MinC – deverão ser executados no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias consecutivos a partir da assinatura da Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço.

5.4. Local e Horário da Prestação dos Serviços

5.4.1. Os serviços deverão ser prestados nas dependências do MinC, em Brasília/DF (Esplanada dos Ministérios, Bloco B), no horário comercial.

5.5. Materiais a serem disponibilizados

5.5.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas neste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.

5.6 Informações Relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6.1. A proposta deverá seguir as orientações constantes no Edital e anexos.

5.7. Especificação da Garantia

5.7.1. Para todos os itens da solução a garantia será de 36 (trinta e seis) meses diretamente pelo fabricante.

5.8. Formas de Transferência de Conhecimento

5.8.1. A transferência de conhecimento será realizada na forma de treinamento, conforme especificado no Anexo I deste Termo de Referência.

5.9. Procedimentos de Transição e Finalização do Contrato

5.9.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

5.10. Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

5.10.1. A verificação de conformidade do atendimento dos requisitos mínimos, serão efetuados testes por amostragem de modo a comprovar correto funcionamento da solução fornecida, não cabendo para tanto, a definição de um quantitativo mínimo de licenças a ser verificado, uma vez que a validação será realizada pela equipe de fiscalização e que a CONTRATADA deverá garantir o funcionamento de todos os itens.

5.11. Mecanismos Formais de Comunicação

5.11.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e a Contratada, os seguintes:

- I) Ordens de Serviço e/ou Fornecimento;
- II) Atas de Reuniões;
- III) Ofícios;
- IV) Sistema de Abertura de Chamados;
- V) E-mails.

5.11.2. O canal de comunicação entre o Ministério da Cultura e a CONTRATADA, para assuntos relacionados à gestão e fiscalização contratual, ocorrerá preferencialmente através da figura dos PREPOSTOS. O preposto é o representante da CONTRATADA junto ao MinC. O preposto poderá ser contatado mesmo fora do horário de expediente, sem que com isso ocorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE.

5.11.3. A comunicação entre o MinC e a CONTRATADA se dará preferencialmente por meio escrito, sempre que se entender necessário o registro de ocorrência relacionada com a execução do contrato.

5.12. Formas de Pagamento

5.12.1. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

5.13. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

5.13.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

5.13.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se no Anexo IV deste Termo de Referência.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

6.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

6.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

6.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- 6.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- 6.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- 6.10.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- 6.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- 6.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste Termo de Referência

Fiscalização

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.12. A fiscalização de que trata este item SERÁ EXERCIDA NO INTERESSE DA CONTRATANTE e não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

6.13. À CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os objetos, se em desacordo com as especificações exigidas no Anexo I deste Termo de Referência (Especificações Técnicas) e das constantes na proposta comercial.

6.14. A CONTRATADA lançará na Nota Fiscal as especificações do objeto contratado, de modo idêntico àquela constante do Termo de Contrato.

6.15. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em partes, os objetos contratados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

6.16. Todas as comunicações relativas ao presente Contrato serão consideradas regularmente feitas desde que entregues, ou enviadas por carta protocolada, telegrama ou e-mail, devidamente confirmados.

6.17. Qualquer mudança de endereço deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.

6.18. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes aos objetos do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

6.19. As decisões e providências que ultrapassem a competência da Equipe de Gestão do Contrato deverão ser solicitadas a instâncias superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

Fiscalização Técnica

6.20. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.21. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.22. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.23 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.24. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.25. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.26. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.27. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.28. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.29. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.30. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.31. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.32. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.33. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.34. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Do Reajuste

6.35. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.36. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice ICTI (Índice de Custo de Tecnologia da Informação), estabelecido pelo IPEA, ou outro índice que o substitua, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^o) / I^o, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

1.

1.1.

6.37. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.38. Caso o índice estabelecido para o reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.39. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço, por meio de termo aditivo.

6.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.41. O reajuste será realizado por apostilamento.

Sanções Aplicáveis

6.42. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais a CONTRATADA que:

1. Não mantiver a proposta;
2. Deixar de entregar documentação exigida no edital;
3. Não assinar o contrato;
4. Comportar-se de modo inidôneo;
5. Cometer fraude fiscal;
6. Fizer declaração falsa;
7. Comportar-se de modo inidôneo;
8. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
9. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
10. Apresentar documentação falsa;

6.43. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior e com fundamento na Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- **Multa de:**
 - 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
 - 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumidas.
 - 0,8% (oito décimos por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
 - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.
 - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao CONTRATANTE, decorrente das infrações cometidas;
 - As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- **Suspensão temporária** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

6.44. Será facultada à CONTRATADA a apresentação de defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias, após a notificação, para as penalidades: advertência, multa e suspensão e de 10 (dez) dias para a penalidade declaração de inidoneidade.

6.45.A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

6.46. As sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a metodologia para aferição da qualidade da prestação dos serviços disposta na presente seção.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 7.2.1. não produzir os resultados acordados;
- 7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas; ou
- 7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.3. O objeto terá sua qualidade aferida periodicamente, obedecendo aos Níveis Mínimos de Serviços definidos nesta seção, e ainda, observará o cumprimento de todos os prazos, obrigações contratuais e os critérios de qualidade e adequação estabelecidos pela CONTRATANTE.

7.3.3.1. Todo e qualquer serviço somente será executado mediante abertura prévia de Ordem de Serviço (OS) emitida pelo CONTRATANTE.

7.3.3.2. As Ordens de Serviço terão seu layout definido pelo MinC após a contratação e dela constarão todas as especificações necessárias para o registro, o ateste, a entrega e avaliação dos produtos/serviços;

7.3.3.3. Nos casos excepcionais, em que a CONTRATADA não consiga executar a Ordem de Serviço, conforme as condições demandadas, por motivos de dependência de alguma ação do próprio MinC ou por motivos de força maior, deverá comunicar ao Fiscal Técnico do Contrato por escrito e com antecedência, justificando os fatos e motivos que impedirão sua execução, cabendo ao Fiscal avaliar a admissibilidade das justificativas.

7.3.3.4. Qualquer dificuldade durante a prestação dos serviços deve ser imediatamente reportada ao MinC, sob risco de não ser aceita a alegação de culpa de terceiros, como justificativa para execução inadequada, insatisfatória ou incompleta dos serviços.

7.3.3.5. Depois de identificadas as demandas, o Gestor do Contrato encaminhará à OS para a CONTRATADA, bem como as informações necessárias para análise da demanda.

7.3.3.6. A OS será precisa e contemplará o detalhamento do serviço, as atividades previstas, os padrões a serem seguidos, bem como demais informações técnicas necessárias para a execução dos serviços por parte da CONTRATADA.

7.3.3.7. Qualquer alteração nas definições descritas na OS deverá gerar uma nova Ordem de Serviço complementar, fazendo referência à anterior que originou os serviços.

7.3.3.8. A CONTRATADA deverá entregar os produtos demandados, de acordo com os respectivos cronogramas e dentro dos padrões de qualidade e de compatibilidade técnica, conforme as definições a serem especificadas no TERMO DE REFERÊNCIA.

7.4. Dos Níveis Mínimos de Serviço

7.4.1. Níveis de Severidade

7.4.1.1. Quando da pesquisa de soluções e níveis de serviço, constatou-se certa diferenciação significativa no modelo de prestação deste serviço, principalmente no que concerne à nomenclatura e categoria de severidades. Deste modo, foi instituída uma tabela adequada dos níveis de serviço padronizados, como se segue:

Severidade Descrição**Forme de Atendimento**

CRÍTICA	Incidente que ocasiona a inoperância total da solução ou de algum componente, com a indisponibilidade para qualquer tipo de funcionalidade, comprometendo de forma crítica o ambiente negocial do MinC.	O atendimento cuja severidade for classificada como CRÍTICA deverá ser realizado obrigatoriamente ON-SITE .
MÉDIA	Incidente que ocasiona a inoperância parcial da solução ou de algum componente, com o comprometimento do funcionamento e/ou afetando de modo significativo a performance da solução, porém sem interrupção completa.	Os chamados de Severidade MÉDIA deverão ser atendidos em dias úteis, em horário comercial (das 8:00 às 18:00), e opcionalmente em final de semana ou feriado, conforme agendamento prévio Os chamados de Severidade MÉDIA poderão ser opcionalmente atendidos <i>on-site</i> a critério do MinC.
BAIXA	Atividades que não impactam na disponibilidade da solução, como diagnósticos, configurações, consultas técnicas, esclarecimentos.	Os chamados de suporte de Severidade BAIXA opcionalmente poderão ser atendidos em dias úteis, em horário comercial (das 8:00 às 18:00).

7.4.1.2. A severidade do chamado poderá ser reavaliada quando verificado que esta foi erroneamente aplicada, passando a contar no momento da reavaliação os novos prazos de atendimento e resolução.

7.4.2. Definição de prazos**Prazo Descrição**

Início de Atendimento Período que compreende o tempo entre o registro de abertura do chamado até o primeiro contato do técnico e/ou comparecimento de técnico ao local (quando necessário).

Solução Definitiva Período decorrente entre o “Início de Atendimento” até o momento em que a solução for disponibilizada em perfeita condição de funcionamento no local onde está implantada, estando condicionada à aprovação e ateste da equipe técnica do MinC, conforme o caso.

7.4.2.1. A critério do MinC o Início do Atendimento, assim como sua execução, poderá ser agendado ou adiado e, nestes casos, a contagem de horas para a resolução do chamado fica prorrogada para ser contabilizada a partir da data do novo agendamento.

7.4.2.2. A Contratada poderá solicitar a prorrogação de qualquer dos prazos de início e término de atendimento de chamados, desde que o faça antes do seu vencimento e com a devida justificativa.

7.4.3. Níveis Mínimos de Serviço

7.4.3.1 Para o atendimento das atividades demandadas, a Contratada deverá atender os seguintes prazos constantes no quadro a seguir, conforme o nível de severidade aplicado:

Prioridade	Descrição	Prazo para início de atendimento	Prazo para solução do problema
1	Solução sem condições de funcionamento em ambiente de produção. (Severidade Crítica)	2 horas após abertura do chamado.	24 horas após abertura do chamado.

2	Problema grave, prejudicando funcionamento da solução em ambiente de produção. (Severidade Média)	12 horas após abertura do chamado	48 horas após abertura do chamado.
3	Problema restringe o pleno funcionamento da solução em ambiente de produção. (Severidade Média)	12 horas após abertura do chamado	72 horas após abertura do chamado.
4	Problema que não afeta o funcionamento da solução em ambiente de produção ou problema inerente aos demais ambientes. (Severidade Baixa)	48 horas após abertura do chamado	120 horas após abertura do chamado.
5	Dúvida ou questionamento sobre funcionalidade da solução. (Severidade Baixa)	48 horas após abertura do chamado	120 horas após abertura do chamado.
6	Instalação de novas versões e/ou aplicação de correções programadas nos produtos da solução. (Severidade Baixa)	10 dias corridos	20 dias corridos após a abertura do chamado.

7.4.3.2 Casos em que a Contratada não puder executar os serviços de suporte até o limite dos prazos de atendimento, tais chamados não atendidos deverão ser devidamente documentados, contendo a justificativa da Contratada e o aceite do Gestor, observando-se o preceito da razoabilidade e considerando-se os prejuízos ao MinC. Em caso de não aceite da justificativa por parte do MinC, serão aplicadas as penalidades cabíveis à Contratada.

7.4.3.3 O não atendimento a um chamado técnico somente poderá ser justificado em casos de motivo de força maior ou por dependência do MinC. Neste caso, a Contratada deverá formalizar antecipadamente ao Gestor do Contrato ou ao Fiscal Técnico os motivos que impedem a execução do serviço demandado.

7.4.3.4 A conclusão do atendimento técnico se dará quando ocorrer a “Solução Definitiva” do problema mencionado no chamado (Severidades CRÍTICA e MÉDIA), e/ou sanando a dúvida (Severidade BAIXA), estando a conclusão condicionada à aprovação do Fiscal Técnico do Contrato.

7.4.3.5 Não sendo solucionado o problema nos prazos expostos, ou após a manutenção corretiva persistirem os mesmos problemas técnicos no equipamento e/ou módulo defeituoso, a Contratada deverá, às suas expensas, efetuar a substituição em caráter provisório por outro equipamento e/ou componente novo e com as mesmas características técnicas, ou mesmo superiores, no prazo de 96 (noventa e seis) horas, a partir do término de atendimento.

7.4.3.6 A substituição provisória de equipamentos e/ou componentes de marcas e/ou modelos diferentes dos originais instalados pela Contratada somente poderá ser efetuada em caso de comprovação de similaridade funcional a do equipamento e/ou componente original substituído provisoriamente, incluindo os padrões de qualidade e desempenho serem iguais ou superiores aos dos substituídos, e deverá ser alvo de análise e autorização do MinC.

7.4.3.7 Em caso de vício(s) insanável(is) nos componentes da solução que impossibilitem o funcionamento da solução, o (s) componente(s) defeituoso(s) deverá(ão) ser substituído(s) definitivamente em até 10 (dez) dias corridos após a notificação do MinC, contados a partir do recebimento de comunicado oficial emitido pelo MinC, quando comprovados defeitos de fabricação do próprio ou de seus componentes que comprometam o seu desempenho, ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- ocorrência de no mínimo 4 (quatro) defeitos e/ou falhas que comprometam o uso normal da solução de segurança, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias, ou;
- o somatório de tempo de indisponibilidade do componente defeituoso ultrapassar 40 (quarenta) horas, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias.

7.4.3.8 Sempre que houver quebra de Nível Mínimo de Serviço, o MinC emitirá notificação à Contratada, que terá prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento do ofício, para apresentar as justificativas para as

falhas verificadas. Caso não haja manifestação dentro desse prazo ou caso o MinC entenda serem improcedentes as justificativas apresentadas, será iniciado processo de aplicação de penalidades previstas, conforme o nível de serviço transgredido.

7.4.3.9 Na ocorrência de uma situação emergencial na qual já exista chamado técnico aberto, é esperado que tanto o atendimento quanto o restabelecimento da solução sejam feitos de forma imediata, sem a necessidade de abertura de novo chamado técnico.

7.4.3.10 Um chamado só poderá ser dado como concluído após verificação e aceite do responsável do MinC.

7.4.3.11 Chamados fechados sem anuência do MinC ou sem que a(s) demanda(s) tenha(m) sido de fato resolvida(s) deverão ser reabertos e os prazos contados a partir da abertura original dos chamados, inclusive para efeito de aplicação das sanções previstas.

7.4.3.12 Não haverá limite para aberturas de chamados, sejam de dúvidas/configurações e/ou resolução de problemas de hardware ou software.

7.4.3.13 No fechamento do chamado deverá ser emitido, por parte da Contratada, um "Relatório Técnico de Atendimento", a ser encaminhado ao MinC, apresentando no mínimo as seguintes informações:

1. Número de identificação do chamado;
2. Data e hora do chamado;
3. Data e hora do início e do término do atendimento;
4. Total de horas utilizadas para atendimento completo;
5. Severidade da ocorrência;
6. Identificação do problema/incidente;
7. Solução Definitiva aplicada.

7.4.3.14 A Contratada deverá disponibilizar mensalmente durante toda a vigência contratual, através de sítio na internet, e-mail ou papel, um "Relatório de Atendimento Mensal" com informações sobre todos os incidentes ocorridos, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de referência do relatório, para efeito de confrontação com os controles internos do MinC. Este relatório mensal deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

1. Número de identificação do chamado;
2. Data e hora da abertura do incidente;
3. Data e hora de início do atendimento do incidente (caso já tenha ocorrido);
4. Data e hora do fechamento do incidente (caso já tenha ocorrido);
5. Severidade da ocorrência;
6. Identificação do técnico executor do atendimento;
7. Descrição sucinta do incidente.

7.4.3.15 Este "Relatório de Atendimento Mensal" será validado pelo MinC e, caso haja divergências, esta irá notificar a Contratada para retificar o documento.

7.4.3.16 No encerramento do Contrato, havendo chamados abertos e não atendidos, a Contratada deverá concluí-los dentro dos prazos acordados, sem que isso implique em ônus ao MinC.

7.4.3.17 É vedado à Contratada interromper o atendimento até que o serviço seja recolocado em pleno estado de funcionamento, mesmo que se estendam para períodos noturnos, sábados, domingos e feriados, não cabendo custos adicionais ao MinC.

7.4.3.18 Por questão de segurança, os componentes da solução de software (hardware e software) nunca deverão ser removidos das dependências do MinC sem a retirada ou formatação dos repositórios de informação (disco rígido, memória flash, pendrive, SSD, etc.), quando couber.

7.4. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.4.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

- 7.4.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)
- 7.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.4.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.4.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.4.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).
- 7.4.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.4.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.4.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.4.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.4.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
 - 7.4.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
 - 7.4.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 7.4.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
 - 7.4.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.4.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.4.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.4.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.5. Procedimentos de Teste e Inspeção

7.5.1. Todos os produtos entregues pela Contratada, incluindo as aplicações disponibilizadas no(s) ambiente(s) e artefatos solicitados, estarão sujeitos à avaliação e controle de qualidade executados pelo MinC;

7.5.2. Os indicadores de níveis de serviço serão:

- Os prazos para atendimento das demandas especificados nas OS's e no Termo de Referência;
- As metas de qualidade definidas;
- A aderência aos requisitos de conteúdo e padrões de qualidade de documentação exigidos.

7.5.3. O descumprimento dos níveis de serviço definidos ensejará a aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência;

7.5.4. Após a execução dos serviços pela Contratada, a equipe técnica do MinC realizará testes a fim de verificar se a solução encontra-se em perfeito funcionamento e atende ao solicitado, devendo a Contratada corrigir os defeitos que vierem a ser encontrados mesmo após a realização dos testes e ateste pelo MinC;

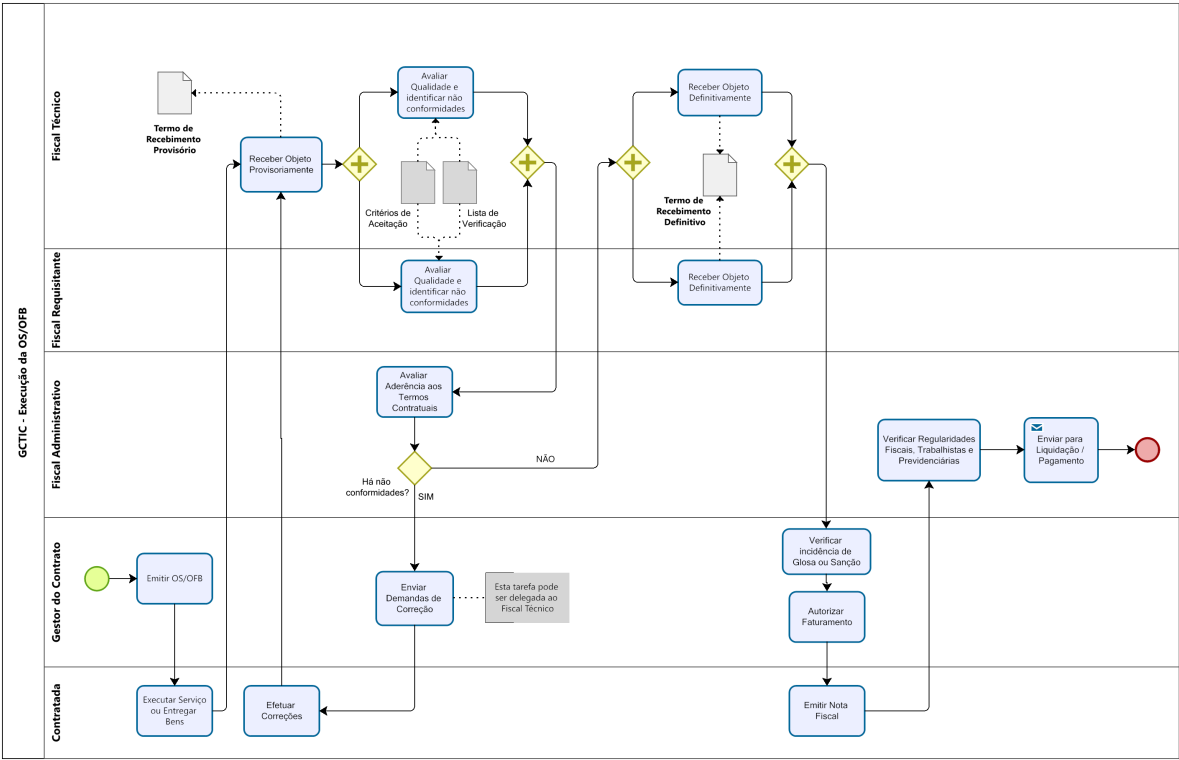
7.5.5. A realização dos testes pela equipe requisitante e/ou, eventualmente, pela técnica do MinC não exime a Contratada da responsabilidade de efetuar os devidos testes antes da entrega, a fim de garantir os padrões mínimos de qualidade exigidos;

7.5.6. A homologação do MinC e aceite definitivo das soluções de software estão condicionados ao atendimento dos seguintes requisitos:

- 7.5.6.1. Pleno atendimento às especificações funcionais e técnicas;
- 7.5.6.2. Adequação às necessidades do usuário;
- 7.5.6.3. Total integração com os sistemas já existentes, se for o caso;
- 7.5.6.4. Base de dados totalmente convertida, se houver necessidade de migração de dados;
- 7.5.6.5. Solução livre de erros nos testes realizados;
- 7.5.6.6. Documentação completa, escrita em português, como falado no Brasil;
- 7.5.6.7. A Contratada deverá encaminhar ao MinC as soluções testadas e livres de erros, conforme evidências anexadas à documentação de teste;
- 7.5.6.8. Os prazos estabelecidos para conclusão dos serviços não serão alterados em função das devoluções por problemas de qualidade, descontando-se tão somente o tempo gasto pelo MinC para análise dos produtos.

7.6 Metodologia de Avaliação da Qualidade

7.6.1. O processo de recebimento dar-se-á nos termos da IN SGD/ME nº 94, de 2022 regido pela Lei nº 14.133, de 2021 e eventuais atualizações, seguindo o diagrama ilustrativo do processo de "Execução da OS/OFB" da figura a seguir, disponibilizado no link <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/execucao-da-os-ofb.png>:



7.6.2. Este diagrama poderá sofrer adaptações a critério da CONTRATANTE, em vista de mudanças operacionais e administrativas que venham a ocorrer no ambiente do mesmo, sempre de acordo com a legislação vigente.

7.7 Retenção e Glosa

7.7.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 72 horas úteis.	Multa de 0,1 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atras em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 5 dias úteis.
		Após o limite de 5 dias úteis, aplicar-se-á multa de 2 % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAP (Índice de Atendimento no Prazo)	IAP >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.
		IAP >= 80% e < 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP >= 70% e < 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP < 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.

3	Não implementar a Solução no prazo determinado neste Termo de Referência.	Multa de 0,5 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso na implementação da Solução, até o limite de 30 dias. Após o limite de 30 dias, aplicar-se-á multa de 20 % do valor total do Contrato, podendo acarretar na sua rescisão.
4	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 10 % do valor total do Contrato.

1.

7.7.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

7.8. Liquidação

1. 7.8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;
2. a data da emissão;
3. os dados do contrato e do órgão contratante;
4. o período respectivo de execução do contrato;
5. o valor a pagar; e
6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.8.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018)

7.8.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.8.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.8.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.8.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.9. Prazo de pagamento

1. 7.9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

2. 7.9.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.

7.10. Forma de pagamento

1. 7.10.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

2. 7.10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3. 7.10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4. 7.10.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5. 7.10.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. 7.10.6. A presente contratação **não** permite a antecipação de pagamento.

7. 7.10.7. **Antecipação de pagamento** - não será permitida a antecipação de pagamento para a presente contratação

7.11. Cessão de Crédito

7.11.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.11.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.11.3. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.11.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.11.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.11.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE /GRUPO.

Do Registro de Preços

8.2. A presente contratação se baseia no licenciamento pelo número de usuários ativos, o que pode variar no tempo, a depender das chegadas e saídas de colaboradores em decorrência da situação de Ministério “recém-criado” vivenciada pelo MinC..

8.3. Diante de tal situação, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) no presente caso vai ao encontro do que preconiza o inciso V do art. 3º, do Decreto 11.462/2023, que estabelece hipóteses em que a Administração Pública Federal pode utilizar a adoção do SRP, a saber:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

(...)

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.;

8.4. Cabe ressaltar que a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a realização de licitação específica para aquisição, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Vigência do Registro de Preços

8.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme dispõe o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

Da Adesão à Ata de Registro de Preços

8.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgãos que não se manifestaram na Intenção de Registro de Preços e, consequentemente, não participes do certame licitatório.

Deveres e Responsabilidades do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços

8.7. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços.

8.8. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados.

8.9. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

a. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

b. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável.

8.10. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

1.

1.1.

a. 1.1.1. definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

- b. 1.1.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela contratada.

8.11. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

Da Aplicação da Margem de Preferência

8.12. Quando da análise da viabilidade de realização da licitação restrita às empresas que cumpram o Processo Produtivo Básico, nos termos do art. 3º, §3º da Lei nº 8.248/1991 - restou verificado que para o alcance de maior competitividade sem abrir mão dos recursos de tecnologia da informação atuais, NAO é recomendado aplicar a restrição da concorrência apenas às empresas que cumpram o Processo Produtivo Básico, uma vez que não há vantajosidade para a Administração pelos seguintes motivos:

- a) Permitir que um número mais amplo de empresas participe da licitação, mesmo aquelas que não cumprem o PPB, promovendo uma maior concorrência, visando a obtenção de propostas mais vantajosas para o Ministério, com preços mais competitivos e maior inovação nos produtos ou serviços oferecidos.
- b) Uma eventual restrição da licitação de aquisições de tecnologia da informação apenas a empresas que atendem ao PPB pode limitar a variedade de fornecedores disponíveis, principalmente pelo fato de, que por suas características e especificidades a maioria dos equipamentos produtos e serviços vinculado ao objeto são produzidos fora do Brasil.

8.13. Quanto a aplicação do direito de preferência para os bens a serem contratados nos termos do art. 5º do Decreto nº 7.147 /2010, Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

8.13.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

8.13.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

8.13.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

8.13.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

8.13.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 8.13.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

8.13.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 8.13.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 8.13.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 8.13.1.3 caso esse direito não seja exercido.

8.13.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e as grandes empresas na mesma situação.

Regime de execução

8.14. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário

Exigências de habilitação

8.15. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.16. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.17. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.18. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.19. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de**

responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.21. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.22. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.23. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.24. Ato de autorização para o exercício da atividade de licenciamento/subscrição de licenças, expedido pelo fornecedor/fabricante dos softwares.

8.25. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.26. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.27. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.28. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.29. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.30. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.31. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.32. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.33. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.34. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.35. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.36. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.36.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.36.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.36.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.36.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.37. Além dos índices definidos acima, será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.38. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.39. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.40. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.41. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.41.1. Para efeito de qualificação técnica, a LICITANTE deve demonstrar sua aptidão e capacidade técnico-operacional para a execução do OBJETO mediante comprovação de prestação bem-sucedida de fornecimento de bens e de serviços em características e quantidades compatíveis com a presente licitação, mediante apresentação de um ou mais ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA que deverão comprovar o fornecimento de solução tipo DLP e tipo CASB para uma rede com 300 (trezentos) usuários.

8.41.2. a Licitante(s) deverá apresentar, ainda:

a) atestado(s) que se refiram a contratos cuja implantação total da solução tenha sido concluída com o aceite definitivo do contratante;

b) atestado(s) que se refiram a serviços prestados ou fornecimentos realizados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.42. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.43. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.44. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.45. A exigência da Habilitação técnica visa garantir que a CONTRATADA já tenha implementado solução similar reduzindo os riscos de que ocorram prejuízos ao Ministério da Cultura tendo em vista a complexidade e criticidade dos equipamentos envolvidos no objeto da contratação, como por exemplo os switches core, que são equipamentos em produção responsáveis pela conectividade de sistemas críticos do Ministério da Cultura.

8.46. Desta forma uma eventual paralização dos serviços de modernização dos ativos da rede do Ministério pode acarretar prejuízos a Pasta e impossibilitar a conectividade de escritório estaduais e outras unidades do Ministério.

8.47. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.47.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.47.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.47.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.47.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.47.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.47.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.47.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Habilitação Técnica

8.48. Apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando a aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características técnicas com o objeto da licitação, mencionando explicitamente que prestou ou está prestando de modo satisfatório fornecimento e/ou serviços compatíveis com o objeto desta contratação.

8.49. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.49.1. Para o Lote 1:

a. Fornecimento de, no mínimo, 600 (seiscentas) licenças de software de solução de prevenção contra vazamento de dados - Data Loss Prevention – DLP; e

b. Prestação de serviços configuração e instalação de licenças de software de solução de prevenção contra vazamento de dados - Data Loss Prevention – DLP.

8.49.2. Para o Lote 2:

a. Fornecimento de, no mínimo, 600 (seiscentas) licenças de software de solução de Cloud Access Security Broken – CASB; e

b. Prestação de serviços configuração e instalação de licenças de software de solução de Cloud Access Security Broken – CASB

8.49.3. O(s) atestado(s)/declaração(ões) solicitados deverá(ão) ser apresentado (s) em papel timbrado, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação.

8.50. Para a comprovação do atendimento das especificações técnicas, a LICITANTE deverá apresentar, juntamente com sua proposta comercial, documento detalhando as informações, local, site, páginas, documento, etc, necessários para aferição e atendimento de todos os itens da especificação técnica, ou seja, deverá apresentar uma espécie de índice ou planilha ponto-a-ponto, indicando o item, o documento que atende a especificação (nome do mesmo), o local onde está disponibilizado o documento (URL, Site, ou outro disponibilizado de forma digital), a página, e o texto que comprova o atendimento ao item.

8.51. Declaração assinada pelo representante legal da licitante de que possuirá, no momento da assinatura do contrato, profissional certificado pelo fabricante da solução proposta para responsabilizar-se pela execução de serviços ora licitados.

8.52. Declaração emitida pelo fabricante, especifica para este certame, de que a LICITANTE é uma parceira autorizada, demonstrando, desta forma, estar habilitada comercializar o objeto deste Termo de Referência e prestar serviços de instalação e suporte técnico.

8.53. O CONTRATANTE reserva-se o direito de realizar diligências, a qualquer momento, com o objetivo de verificar se a(s) declaração(s) e demais documentos são adequados e atendem às exigências contidas neste documento. A realização de diligências buscará sanar eventuais dúvidas no entendimento das informações atestadas.

8.54. No caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.54.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.54.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.54.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.54.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.54.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Dos Consórcios

8.55. Conforme disposto no art. 15 da Lei nº 14.133, a regra é a permissão de participação de empresas consorciadas, senão vejamos:

"Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:"

8.56. Desta forma, não há óbice técnico ou legal para justificar a referida vedação, ficando, portanto, permitida a participação de empresas reunidas em consórcio ou ainda em forma de sociedade cooperativa, desde que atendidos todos os requisitos legais.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.353.858,83

9.1. O custo estimado total do registro de preços é de **R\$ 7.353.858,83 (sete milhões, trezentos e cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e três centavos.)**, conforme tabela constante do tópico **1. Definição do objeto** desse TR.

9.2. Em se tratando de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI);

9.2.4. os reajustes a que a Contratada fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com encerramento do contrato.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 420020-00001;

II) Fonte de Recursos: 100;

III) Programa de Trabalho: 42101.13.122.0032.2000.0001 – Administração da Unidade;

IV) Elemento de Despesa: 33.90.40.06 (LOCACAO DE SOFTWARES) e 44.90.40.03 (SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE TIC);

V) Plano Interno: a CGOFC informará o PI para cada empresa (contrato);

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE FINGER SANTIAGO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 27/12/2023 às 16:34:50.

RAMON LEONN VICTOR MEDEIROS

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 27/12/2023 às 16:33:47.

FREDERICO GUIMARAES CARDOSO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 27/12/2023 às 17:15:23.

JAIME HELENO CORREA DE LISBOA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 27/12/2023 às 16:35:34.